

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- A implementação judicial do direito à educação no Brasil: análise sob a perspectiva do STF*
Bruno César Lorencini 15
- As convenções da Organização Internacional do Trabalho e o direito interno*
Ricardo de Castro Nascimento 29
- A assistência aos desamparados no artigo 203 da Constituição Federal brasileira e em outros países da América Latina*
Antonio Carlos Cedenho..... 41
- Subjetividade no pós-positivismo: breve ensaio sobre a dificuldade da aplicação de princípios*
Rogério Volpatti Polezze 63
- O princípio da proteção especial da família: uma vertente da extrafiscalidade no direito tributário*
Samuel de Castro Barbosa Melo 81
- O crime de importação de medicamentos sem registro no órgão nacional de vigilância sanitária competente e o excesso no exercício da discricionariedade legislativa.*
Louise Vilela Leite Filgueiras Borer 99

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Ação Civil Pública. Estação ferroviária desativada. Município de São José dos Campos. Elemento de preservação. Ausência de tombamento. Adoção de medidas de conservação mínimas custeadas pelo fundo de preservação municipal.*
AC 0003381-16.2003.4.03.6103
Desembargador Federal Mairan Maia 131

Responsabilidade civil do Estado. Paciente cega em razão de reações adversas de medicamento utilizado para tratamento de artrite reumatoide. Ausência de acompanhamento adequado. Fato lesivo, danos moral e material e nexos causal comprovados. Indenizações devidas.

AC 0000412-12.2004.4.03.6000

Desembargador Federal André Nabarrete 142

Ação Popular. Transferência do controle acionário de companhia subsidiária. Ausência de gratuidade. Autorização legislativa específica. Ausência de lesão ao erário. Instituição financeira. Sociedade de economia mista. Fiscalização pelo BACEN, SUSEP e Tribunal de Contas. Regularidade financeira demonstrada. Requisitos do edital atendidos.

REO 0002154-92.2006.4.03.6100

Desembargadora Federal Marli Ferreira 158

ECT. Postagem de encomenda. Responsabilidade civil. Pedido de danos materiais, morais e lucros cessantes. Ausência de prova do “quantum” relativo ao dano material. Valor não declarado da encomenda.

AC 0014421-90.2006.4.03.6102

Desembargadora Federal Mônica Nobre 163

Exercício da profissão de despachante aduaneiro. Renovação de credencial. Acesso a áreas alfandegadas de segurança nacional. Aeroporto internacional. Antecedentes sociais. Certidão positiva da Justiça Federal. Crimes relacionados com o tipo de atividade exercida pelo requerente. Impedimento. Princípio da presunção da inocência não violado. Supremacia do interesse público. Discricionariedade. Exigência razoável, proporcional e legal.

Ag AMS 0003635-62.2008.4.03.6119

Desembargador Federal Nelton dos Santos..... 171

Responsabilidade civil subjetiva. Acidente do trabalho. Indenização. Danos morais e materiais. Pensão. Idade limite 25 anos. Culpa exclusiva da vítima. Inexistência. Cumulação com benefício previdenciário pago pelo INSS. Culpa do empregador caracterizada. Negligência. 13º salário. Direito de crescer. “Quantum” indenizatório.

AC 0013805-59.2009.4.03.9999

Desembargador Federal Nery Júnior.....176

Ensino superior. Certificado de conclusão do ensino médio por meio do ENEM. Requisitos da Portaria do Ministério da Educação não preenchidos. Idade mínima de 18 anos na data da 1ª prova. Impossibilidade. Fato consumado não caracterizado.

AMS 0000442-86.2014.4.03.6003

Juiz Federal Convocado Ciro Brandani 190

Expediente Administrativo - CORE. Determinação judicial para realização de indiciamento “contra a convicção do delegado de polícia”. Ausência de irregularidade da ordem judicial.

PA 0009119-31.2014.4.03.8000

Desembargadora Federal Salette Nascimento..... 196

DIREITO CIVIL

Ação civil pública. Reabertura/instalação de postos físicos de atendimento ao consumidor de serviço público de telefonia fixa, substituídos por “call center” notoriamente ineficaz. Inexistência de invasão, pelo Judiciário, de prerrogativas da agência reguladora. Dano moral coletivo juridicamente possível.

AC 0007603-16.2001.4.03.6000

Desembargador Federal Johonsom di Salvo205

SFH. Seguro adjeto ao pacto de mútuo. Ilegitimidade passiva da CEF. Apólice privada. Não comprometimento do FCVS.

Ag AI 0031828-72.2012.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Hélio Nogueira..... 221

DIREITO PENAL

Falsificação de documento particular. Uso de documento falso com o fim de fazer prova em ação trabalhista. Materialidade e autoria comprovadas. Dolo. Crime formal. Potencialidade lesiva.

ACr 0005482-91.2011.4.03.6120

Desembargador Federal José Lunardelli 227

Delitos dos artigos 289, § 1º; 180, do Código Penal; e 16, parágrafo único, I, da Lei nº 10.826/2003. Aquisição de automóvel e motocicleta produtos de crime. Guarda de cédulas falsas e revólver municiado.

ACr 0012459-05.2011.4.03.6119

Desembargador Federal Peixoto Junior233

Tráfico internacional de drogas. Consideração da natureza e quantidade da droga na fixação da pena-base e da especificidade do entorpecente na determinação do patamar da causa de diminuição prevista pelo § 4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006. Possibilidade. Prevalência do voto vencido quanto ao patamar de diminuição.

EIfNu 0013338-12.2011.4.03.6119

Desembargador Federal Luiz Stefanini248

Moeda falsa. Artigo 289, § 1º, do Código Penal. Dolo. Guarda de uma única cédula falsa entre muitas outras verdadeiras. Boa-fé. Insuficiência de provas. Absolvição.

ACr 0002343-21.2012.4.03.6113

Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....260

Delito do artigo 272, § 1º-A e § 1º, do Código Penal (adulteração de bebidas). Crime formal e de perigo abstrato. Falta de justa causa. Prova da materialidade delitiva e indícios de autoria. Recebimento. “In dubio pro societate”. Aplicabilidade.

RSE 0000296-34.2014.4.03.6136

Desembargador Federal André Nekatschalow 263

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- Pensão por morte. União homoafetiva.*
 ApelReex 0008761-71.2003.4.03.6183
 Desembargador Federal Souza Ribeiro 271
- Aposentadoria por tempo de serviço. Pedágio. Requisito etário não cumprido. Requisitos para aposentadoria integral por tempo de serviço cumpridos no curso da demanda. Prestação jurisdicional célere, adequada e efetiva.*
 Ag AC 0000552-07.2004.4.03.6110
 Desembargadora Federal Lucia Ursaia 277
- Salário-maternidade. Trabalhadora rural. Ausência de início de prova material. Possibilidade de concessão do benefício.*
 Ag AC 0015611-95.2010.4.03.9999
 Desembargadora Federal Therezinha Cazerta282
- Readequação de benefício. Emenda Constitucional nº 41/2003. Constitucionalidade da limitação ao teto. Desprovisionamento.*
 Ag AC 0005144-29.2011.4.03.6311
 Desembargador Federal Baptista Pereira286
- Pensão por morte. Incidente de juízo de retratação. Estudante universitário. Taxatividade da lei previdenciária. Impossibilidade. Valores recebidos por força de tutela antecipada. Restituição indevida.*
 AC 0006629-58.2011.4.03.6119
 Desembargador Federal Sérgio Nascimento290
- Pensão por morte. Ausentes os requisitos para concessão do benefício. Intuito de prequestionamento.*
 EDcl AC 0006871-47.2011.4.03.6109
 Desembargadora Federal Tânia Marangoni 293
- Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição. Auxiliar de banco de sangue em ambiente hospitalar. Atividade especial.*
 AC 0006349-92.2012.4.03.6106
 Desembargadora Federal Daldice Santana..... 300
- Benefício assistencial. Pressuposto de miserabilidade. Recurso repetitivo. Reforma do julgado anteriormente proferido. Concessão do benefício.*
 Ag AC 0025025-49.2012.4.03.9999
 Desembargador Federal Toru Yamamoto303
- Aposentadoria por invalidez. Segurado facultativo. Perda da qualidade. Recolhimento com atraso.*
 EDcl AC 0031447-40.2012.4.03.9999
 Desembargador Federal David Dantas 308

| | |
|--|-----|
| <i>Desaposentação. Devolução dos valores. Impossibilidade. Renúncia não configurada.</i> AC 0000651-57.2013.4.03.6143 Desembargadora Federal Marisa Santos..... | 312 |
| <i>Auxílio-acidente e aposentadoria por tempo de contribuição concedida após a entrada em vigor da Lei nº 9.528/1997. Percepção cumulada. Impossibilidade.</i> Ag AMS 0002912-82.2013.4.03.6114 Juiz Federal Convocado Valdeci dos Santos..... | 330 |
| <i>Desaposentação. Possibilidade. Renúncia e concessão de outra aposentadoria mais vantajosa. Desnecessidade de devolução dos valores já recebidos. Desnecessidade de sobrestamento. Decadência não configurada.</i> Ag AC 0006405-03.2013.4.03.6103 Desembargador Federal Fausto De Sanctis..... | 334 |
| <i>Revisão de benefício. Afastamento do fator previdenciário. Impossibilidade.</i> Ag AC 0030216-41.2013.4.03.9999 Juíza Federal Convocada Denise Avelar | 346 |
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL | |
| <i>Embargos à Execução Fiscal. Multa por infração à CLT. Trabalhadores sem registro em CTPS. Contratação por meio de cooperativa. Não caracterização de vínculo empregatício. Nulidade da autuação em relação aos menores de idade. Presunção de certeza e liquidez da CDA ilidida. Autuação afastada.</i> AC 0041984-81.2001.4.03.9999 Desembargadora Federal Alda Basto..... | 353 |
| <i>FIES. Fiança. Limitação da garantia aos instrumentos assinados pelo fiador.</i> Ag AC 0001690-58.2008.4.03.6113 Desembargador Federal Antonio Cedenho..... | 366 |
| <i>Agravo regimental contra decisão que negou seguimento a recurso excepcional. Cabimento. Representativo da controvérsia. CRF. Dispensário de medicamentos. Presença de farmacêutico. Desnecessidade. Recurso manifestamente protelatório. Multa por litigância de má-fé.</i> AgRg AC 0019659-97.2010.4.03.9999 Desembargadora Federal Cecília Marcondes | 371 |
| <i>Desapropriação. Reforma agrária. Decreto de interesse público. Decurso de prazo. Óbice do Judiciário. Extinção do feito. Impossibilidade. Interesse na demanda reconhecido.</i> Ag AI 0016313-60.2013.4.03.0000 Desembargadora Federal Cecilia Mello | 379 |
| <i>Restituição. Liquidação por artigos. Imposto de renda retido na fonte. Comprovação.</i> AI 0028153-67.2013.4.03.0000 Desembargador Federal Márcio Moraes..... | 383 |

Expedição de precatório em nome de sociedade de advogados. Cessão de crédito. Instrumento particular. Ausência de registro. Ineficácia em relação a terceiros.

Ag AI 0007160-66.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Newton De Lucca386

Ação anulatória de ato administrativo de concessão de benefício de auxílio-doença acidentário. Decisão de reconhecimento da incompetência do Juízo Federal Cível e determinação de encaminhamento para o Juízo Federal Previdenciário. Reforma da decisão. Incompetência da Justiça Federal. Remessa à Justiça Estadual.

AI 0007543-44.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Walter do Amaral..... 391

Agravo de instrumento. Conversão em retido. Reforma da decisão proferida pelo relator. Impossibilidade.

Ag AI 0019840-83.2014.4.03.0000

Juiz Federal Convocado Carlos Delgado398

Suspensão de tutela antecipada. Ação Civil Pública. Sistema Cantareira. Caráter regional do suposto dano. Usurpação de competência.

SLAT 0026249-75.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Fábio Prieto 400

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Nulidade. Reconhecimento de ofício. Audiência de oitiva da vítima perante o juízo de origem sem a presença dos réus presos.

ACr 0009515-45.2006.4.03.6106

Desembargador Federal Nino Toldo 413

Crime do artigo 20, § 2º da Lei nº 7.716/1989. Consumação no momento em que publicada a matéria. Competência fixada em razão do lugar em que a etnia ofendida tomou conhecimento do artigo veiculado: descabimento.

RSE 0001358-60.2013.4.03.6002

Juiz Federal Convocado Márcio Mesquita.....417

“Habeas Corpus”. Cabível contra decisão que rejeita exceção de incompetência. Incompetência da autoridade impetrada não verificada. Possível a simultaneidade de ações penais no Juízo Estadual e em outros Juízos Federais, pertinentes ao delito de tráfico internacional de drogas e organização criminosa, ou mesmo associação. Reiteração de argumento. Impossibilidade.

HC 0020993-54.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....420

“Habeas Corpus”. Prisão preventiva até expulsão pelo Ministro de Estado da Justiça. Expulsão para a Nigéria prevista para o dia 16/10/2014. Inequívoco risco à sua vida e à sua saúde em função do surto do vírus Ebola que assola aquele país. Recomendação da Defensoria Pública da União ao Ministério da Justiça para suspensão da expulsão dos estrangeiros naturais dos países onde há epidemia.

HC 0026241-98.2014.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes 427

DIREITO TRIBUTÁRIO

Imposto sobre a renda. Cooperativa. Excesso de remuneração dos dirigentes. Não-incidência. Juízo de retratação. Remessa oficial. Conhecimento. Inexistência de valor de alçada. Sentença proferida antes da entrada em vigor da Lei nº 10.352/2001.

REO 0049622-49.1993.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Miguel di Pierro 433

CSLL e IRPJ. Preço de transferência. Método de preço de revenda menos lucro - Prl 60. Preço parâmetro. Valor agregado. Legalidade.

AMS 0028594-62.2005.4.03.6100

Desembargador Federal Carlos Muta 438

SENTENÇAS

Declaração de produtividade de fazenda. Anulação de Relatório Agrônomo de Fiscalização que embasou Decreto de Desapropriação.

0000013-33.2003.4.03.6124

Juiz Federal Bruno Santhiago Genovez..... 455

Ação Penal. Administrador responsável. Receitas não declaradas sujeitas à incidência de COFINS e PIS. Operações fictícias de compra e venda de títulos da dívida pública. Condenação à pena de privativa de liberdade cumulada com pena pecuniária e reparação de danos à coletividade.

0001149-49.2007.4.03.6181

Juiz Federal Ali Mazloum 464

Ação Civil Pública. Pedido de registro de marcas e patentes no INPI. Pleito de acesso de todos os cidadãos ao peticionamento, sem exigência de habilitação especial. Declaração de inconstitucionalidade “incidenter tantum”.

0020172-59.2009.4.03.6100

Juíza Federal Leila Paiva Morrison 472

Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. Pedido de busca, apreensão e restituição de menor. Alegação de que a mãe retirou o filho dos Estados Unidos da América sem consentimento do pai. Manutenção da criança no local onde está adaptada.

0016040-22.2010.4.03.6100

Juíza Federal Rosana Ferri 520

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Contrato de transporte escolar de alunos.

0001225-08.2011.4.03.6125

Juiz Federal Tiago Bitencourt de David 532

Embargos de terceiro. Execução de título extrajudicial em face de herdeiros do representante legal da empresa executada. Ilegalidade. Necessidade de abertura de processo de inventário.

0000877-64.2014.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 541

SÚMULAS 547